

PREFÁCIO

Quando em 1970 iniciei a minha actividade associativa, reparei que as Assembleias gerais decorriam com grande participação e vivacidade. As questões associativas eram debatidas de forma cívica, elevada, no respeito por um conjunto de regras. Por essa altura, na sociedade portuguesa, ainda imperava a ditadura, a falta de liberdade, a limitação de actividades e de debate aberto, o que contrastava com a vivência democrática e participativa interna das colectividades.

Recordo grandes figuras associativas que, pelo seu exemplo, foram sendo referência para mim e para a minha geração. Homens que dirigiam uma Assembleia geral com uma mestria e autoridade ímpar. Conheciam cada mecanismo de intervenção, interpelação, recurso, recomendação ou conclusão. Sabiam de forma assertiva o que dizer, o que propor e o que concluir em cada momento da assembleia. As suas intervenções surgiam sempre no momento certo e de forma inequívoca. A sua contribuição era precisa e concisa, esclarecedora e reconhecida por todas as partes, mesmo quando os diferentes pontos de vista dividiam a assembleia. Muitos deles carregavam o peso simbólico de terem sido os fundadores dessas colectividades, ou terem dado às mesmas uma parte considerável da sua vida. Não se queixavam do “sacrifício” e até reconheciam que boa parte daquilo que eram, deviam-no à colectividade e à escola de vida que ela constituía.

Os Presidentes das Assembleias gerais, quantas vezes tiveram que arbitrar conflitos verbais que subiam de tom à medida da importância do assunto em discussão. Recorriam à sua prática, aos princípios estatutários de todos conhecidos mas, como forma de sanar

qualquer dúvida subsistente, surgia sempre o douto parecer do célebre “Guia das Assembleias gerais” desse grande nome do Direito português - Roque Laia. Aquele volume de capa creme e de incalculável número de páginas anotadas, colocado estrategicamente em cima da mesa, à vista de todos, salvava as Assembleias gerais, quando estas descambavam ou se instalava a dúvida. Mas no dia-a-dia da colectividade, era igualmente útil e por isso muito utilizado. Não faço a menor ideia se Roque Laia teve a noção da dimensão e da importância da sua obra para o movimento associativo, em particular para as colectividades. O que é facto é que ainda hoje, na dúvida, recorro a esse livro.

O “Manual do Dirigente Associativo Voluntário – 100 Perguntas/100 Respostas”, que nos é apresentado pelo Sérgio Pratas e a Maria João Santos, é de uma enorme importância e oportunidade se tivermos em conta que a legislação foi profundamente alterada, as práticas associativas evoluíram, as condições de exercício dos cargos são mais exigentes quer no plano político associativo quer legal. Para além de assentar no conhecimento que resulta da transmissão da experiência, a função dirigente deve igualmente ter em conta o conhecimento sistematizado e científico.

Este Manual, não obstante a diferença de estilos assumida pelos autores, poderá, no momento actual, ser equiparado ao Guia das Assembleias gerais de Roque Laia, uma vez que sistematiza as principais questões que interessam a todos os que intervêm no associativismo. Se vai atingir esse nível, só a vida o dirá. Que faz falta e é oportuno e indispensável, não duvido.

Aos autores, Sérgio Pratas e Maria João Santos, e aos patrocinadores Fundação Montepio Geral e Fundação Calouste

Gulbenkian, que permitem assim colocar à disposição dos Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos uma ferramenta de que há muito se sentia falta, o meu reconhecimento como associativista. É com a consciência plena da sua utilidade e oportunidade que a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto se associa a esta publicação.

Augusto Flor, Dr
Presidente da Confederação Portuguesa
das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto